

# ação popular

@beatriznamiestudies

↳ democracia direta / participativa

A ação popular decorre do exercício de direito político, porque cidadão é aquele que pode votar, que está de acordo com suas obrigações políticas.

↳ capacidade eleitoral ATIVA

↳ Réu: pessoa física e pessoa jurídica

dir. público      dir. privado

↳ objeto: anular ato lesivo ao patrimônio (público, histórico, cultural), moralidade administrativa e ao meio ambiente

↳ defesa de direitos:

\* natureza coletiva

↳ natureza civil: preventiva ou repressiva

↳ não preciso esperar a lesão acontecer

↳ mp: não possui a legitimidade ativa, mas pode substituir o autor da ação caso ele desista ou se omita.

↳ gratuita: apenas para o autor se estiver de boa-fé

\* má-fé: custas e ônus de sucumbência

↳ foro: não existe prerrogativa, deve ser julgada pelo juiz de 1º grau

Apesar de que a lei se refere à ação popular como um remédio a ser usado para anular atos já tomados, é possível usar tal instrumento de forma preventiva, evitando que o ato lesivo se concretize. Isso é possível no caso de ameaça de dano de patrimônio cultural.

**ex:** se algum órgão público determina que um prédio histórico tombado deve ser demolido, um cidadão pode entrar com uma ação popular pedindo a suspensão desse ato, evitando que a demolição aconteça.